

Marcos Abrahão

Prefeito

Carlos Magno Albino Pereira

Vice-Prefeito

Victor Ribeiro

Chefe de Gabinete

Marcos Abrahão Filho

Secretário Municipal de Governo

Vinicius Carvalho da Silva

Secretário Municipal de Administração

Marcos Abrahão Filho

Secretário Municipal de Comunicação Social

Luiz Henrique Brito Pereira

Secretário Municipal de Fazenda

Humberto Alexandre B. Costa Ramos

Secretário Municipal de Planejamento –
Coordenação Geral e Gestão

Monica Aparecida Magrini

Secretária Municipal de Educação

Sidney de Souza Moraes

Controlador Geral do Município

Maximiliano Belmont

Secretário Municipal de Obras e Serviços
Públicos

Cintia Fernanda da Silva

Secretária Municipal de Saúde

Eduardo Soares Marmo

Secretário Municipal de Agricultura

José Américo dos Santos

Secretário Municipal de Desenvolvimento
Econômico e Trabalho

Vitor Vale Nogueira da Silva

Procurador Geral do Município

Vandilson de França Farias

Secretário Municipal de Segurança e Ordem
Pública

Tiago Bistenik da Silva Almeida

Secretário Municipal de Esporte e Lazer

Eucimar Mendonça Valente Abrahão

Secretária Municipal de Desenvolvimento
Urbano e Habitação

Vagno Ferreira de Marins

Secretário Municipal de Cultura

Ricardo Abrahão Flores

Secretário Municipal de Turismo

Christiano Rodrigues Vieira

Secretário Municipal de Defesa Civil e Meio
Ambiente

Alex Teixeira Nunes

Secretário Municipal de Transporte

Carlos Magno Albino Pereira

Secretário Municipal de Assistência Social

Ayla Bragança

Secretária Municipal de Inclusão Social

Leandro Luis de Melo Osawa

Secretário Municipal de Compras e Licitação

Davi Melo Dias

Ciência, Tecnologia, Inovação E
Sustentabilidade

Marlene Carvalho da S. Pereira

Secretária Municipal Da Mulher

Sonara Amaral Fonseca

Presidente do IPREVIRB

Paulo Cesar Rodrigues

Ouvidor Geral do Município

ATOS DO PREFEITO

LEI Nº 2829 DE 09 DE Fevereiro DE 2026.

Dispõe sobre autorização legislativa concedida ao Poder Executivo para a concessão de contribuição a instituição não governamental sem fins lucrativos no valor de R\$ 374.600,00 e dá outras providências.

MARCOS ABRAHÃO, Prefeito Municipal de Rio Bonito, Estado do Rio de Janeiro, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 101/00, fica a Secretaria Municipal de Cultura autorizada a aplicar recursos do orçamento vigente no valor de R\$ 374.600,00 (Trezentos e Setenta e Quatro Mil e Seiscentos Reais) na concessão de contribuição a instituição não governamental sem fins lucrativos, de acordo com o programa de trabalho e respectiva classificação de despesa, a seguir relacionada:

Unidade	Ficha	Classificação Funcional	Título da Atividade	Fonte de Recursos	Classificação Despesas
006 - Cultura	200	02.006.13.122.0001.2.002	Manutenção e Operacionalização da Unidade	1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos - Próprio	3.3.50.41.29
TOTAL					

Art. 2º - A entidade beneficiada com os recursos constantes desta Lei sujeitar-se-á à apresentação de prestação de contas dos recursos recebidos, em atendimento ao que dispõe a Norma Operacional nº 01/02 da Secretaria Municipal de Planejamento, Coordenação Geral e Gestão e a Deliberação TCE-RJ nº 200/96.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Bonito, 09 de fevereiro de 2026.

MARCOS ABRAHÃO
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 189/2026

Dispõe sobre proibição de venda de bebidas alcóolicas em garrafa de vidro pelos bares, barracas e comércio ambulante, durante os festejos carnavalescos.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE RIO BONITO, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, e com vistas a manter a segurança e a ordem pública durante os festejos carnavalescos,

DECRETA:

Art. 1º - Fica proibida a venda de bebida alcóolica, bem como o consumo de bebidas alcóolicas em garrafas de vidro em todos os bares, barracas e comércio ambulante, com ambiente aberto em toda região central da cidade de Rio Bonito, a partir das 18h00min (dezoito) horas do dia 13 de fevereiro de 2026, mantendo-se a proibição até as 07h00min (sete) horas da manhã do dia 18 de fevereiro de 2026.

Parágrafo único- Os estabelecimentos comerciais, como bares, restaurantes, poderão realizar a venda de bebidas alcoólicas em recipiente de vidro, no interior dos seus comércios, sendo vedada a venda para a entrega desses recipientes aos seus clientes que não forem consumi-las no local.

Art. 2º - Os efeitos mencionados no caput deste Decreto, não se aplicam aos clubes cujos frequentadores estejam em ambiente fechado, bem como mantendo a ordem e o respeito à comunidade.

Parágrafo Único – As casas comerciais (mercados) poderão comercializar normalmente bebidas alcóolicas em recipientes de vidro.

Art. 3º - O comerciante que não cumprir o presente Decreto sujeitar-se-á à aplicação das penalidades previstas na legislação municipal de posturas, entre outras.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Bonito, 09 de fevereiro de 2026.

**MARCOS ABRAHÃO
PREFEITO**

DECRETO Nº 190/2026, DE 09 DE FEVEREIRO DE 2026.

Institui o GABINETE DE GERENCIAMENTO DE CRISE, para a adoção de medidas visando a avaliação e o enfrentamento do (possível) Desastre de chuvas intensas-COBRADE 1.3.2.1.4, no âmbito do Município, e dá outras providências.

O Exmo Sr. Prefeito do Município de Rio Bonito, localizado no Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial, o disposto no inciso IV, do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Rio Bonito-RJ.

CONSIDERANDO a necessidade de fazer levantamento dos danos e prejuízos causados pelo possível desastre em lide.

CONSIDERANDO a multidisciplinaridade dos vários temas a serem abordados para análise e levantamento de dados do evento adverso em estudo.

CONSIDERANDO a necessidade da possibilidade da decretação da Situação de Emergência ou Estado de Calamidade.

CONSIDERANDO a necessidade de medir a intensidade dos impactos do incidente em lide.

CONSIDERANDO a necessidade da gestão coordenada do possível desastre.

CONSIDERANDO a necessidade da elaboração de um diagnóstico do possível desastre.

CONSIDERANDO a necessidade de atender os critérios do preenchimento do Formulário de Informações do Desastre (FIDE), formulário oficial da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – Ministério do Desenvolvimento Regional.

CONSIDERANDO a necessidade de juntar os relatórios das diversas secretarias envolvidas em um documento único, que será emitido pelo órgão Municipal de Defesa Civil, para subsidiar as ações decisórias do Sr. Prefeito.

DECRETA:

Art. 1º. Fica criado o Gabinete Municipal de Gerenciamento de Crise - GMGC, com a responsabilidade de criar relatórios dos danos e prejuízos em suas respectivas áreas de atuação, para dar sustentabilidade ao Formulário de Informações do Desastre (FIDE) do órgão municipal de Defesa Civil.

Art. 2º. O GMGC será composto pelos seguintes órgãos, representados pelos seus titulares:

- I – Meio Ambiente e Defesa Civil;
- II – Obras e Serviços Públicos;
- III – Assistência Social;

IV – Educação;
V – Saúde
VI- Chefia de Gabinete
VII- Governo

Parágrafo Único: O Órgão Municipal de Defesa Civil será o responsável por coordenar o GMGC, elaborar o Relatório Final e preencher os FIDE.

Art.3º Os Órgãos elencados no artigo anterior, deverão entregar seus relatórios com valores e dimensões, dos danos e prejuízos.

Parágrafo Único: Devido a urgência das informações, os valores levantados deverão ser com maiores detalhes possíveis que a ocasião propuser, aproximando da situação real.

Art. 4º. A base do GMGC funcionará na SEDE do Órgão Municipal de Defesa Civil.

Art. 5º. Os Relatórios elaborados pelos órgão elencados no artigo 2º, deverão ser entregues ao Órgão Municipal de Defesa Civil, até o dia 12/02/2026, às 14:00 horas.

Art. 6º. O Relatório Final, que será a compilação de todos os relatórios, deverá ser entregue ao Prefeito até o dia 12/02/2026, às 14:00 horas, com a sugestão e/ou proposta do titular da pasta para que seja tomada as decisões cabíveis de ação ao incidente, acionamento do PLANCOM e/ou a decretação de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública.

Art 7º. Este Decreto entra em vigor na presente data.

Rio Bonito, 09 de fevereiro de 2026.

**MARCOS ABRAHÃO
PREFEITO**